

"Brasil não tem problema estrutural"

por Luci Moraes
de São Paulo

"O Brasil não tem problemas estruturais sérios, que impeçam o ajuste à economia. A questão é política, somada a um problema vagabundo de finanças públicas." Esse é o diagnóstico para a crise brasileira feito ontem pelo deputado federal Delfim Netto, durante o seminário Desafio da Abertura Econômica, promovido pela Fundação Getúlio Vargas no Hotel Mofarrej-Sheraton.

O ex-ministro da Economia acredita que a solução da crise passa por uma reformulação do sistema eleitoral, com adoção do voto distrital misto, onde o eleitor tem melhores condições para fiscalizar os atos do parlamentar e pela modificação da lei partidária que permita a constituição de dois a três partidos formados de baixo para cima, com regulamentações claras de fidelidade e de cumprimento dos programas.

Delfim defendeu também a substituição do atual sistema de governo pelo parlamentarismo. "Vivemos sob o presidencialismo imperial, onde quem tem caneta e o Diário Oficial pode tudo", ironizou, acrescentando que paradoxalmente, o presidente não conseguirá resolver os problemas do País. "Não existe funcionalidade na política. O governo Collor não tem como conseguir apoio da maioria dos parlamentares na sustentação de um programa econômico consistente, num Congresso formado da maneira que o

Legislativo nacional está constituído." Como as reformas só poderão acontecer após a revisão da Constituição em 1993, o deputado resume os problemas do Brasil a seis: "São os seis semestres que restam do governo Collor. Não há o que fazer".

As declarações de Delfim Netto foram refutadas pelo ministro Marcílio Marques Moreira, que disse ter aprendido na Faculdade de Direito e apresentado como ponto central de sua tese de doutoramento a interdependência de fatores políticos e econômicos. "Não existe separação entre um e outro. Qualquer decisão econômica é sempre política", afirmou.

Delfim também não concorda com as decisões econômicas do atual ministro, como o aumento de impostos para resolver a questão do déficit público, causa estrutural da inflação do País na opinião do deputado, que cita o aumento dos gastos com custeio de pessoal em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de 8% em 1984 para 15% em 1990. Ele acredita que, sem o corte das despesas, o aumento dos impostos torna-se ineficaz para resolver o problema de caixa do governo que, num círculo vicioso, cria novos impostos. "O ajuste fiscal é financiado pelo salário do trabalhador da empresa privada e está cortando as possibilidades de crescimento da economia brasileira", sentencia.

O ex-ministro foi enfático no combate à política de aperto monetário imposta pelo governo. "Ela funciona, mas para quê? Não se corta a inflação só por cortar, mas para a economia crescer. E isso não está acontecendo." De qualquer forma, ele não acredita que o aprofundamento da recessão resulte numa inflação abaixo de dois dígitos. "Em quatro meses temos de nos confrontar com o fracasso deste plano, que, embora tenha alguma lógica, acirra ainda mais o problema da distribuição de renda", declara, acrescentando que a solução não virá de um entendimento, já que é impossível o consenso sobre qualquer programa econômico. "Ele terá de ser imposto por uma maioria para ser criticado pela minoria", defende.

Já outro predecessor de Marcílio, o ex-ministro Maílson da Nóbrega, aprova a condução da atual política econômica. "Ela é boa e tem chance de dar certo. O grande teste será a resistência do governo contra as pressões dos empresários, trabalhadores e políticos descontentes com o aprofundamento da recessão", analisa. Confiante na imunidade de Marcílio a essas forças, Maílson acredita que uma solução duradoura para o problema da inflação só virá após a revisão da Constituição, que permitirá a implementação de uma política de rendas consistente.